

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

MARLI ZANATTA

GESTÃO DEMOCRÁTICA E DESAFIOS PARA A ESCOLA INCLUSIVA

Santa Cruz do Sul

2015

MARLI ZANATTA

GESTÃO DEMOCRÁTICA E DESAFIOS PARA A ESCOLA INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em do em Gestão Escolar, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Maria Fátima de Oliveira

Santa Cruz do Sul

2015

RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de investigar como acontece a gestão democrática e práticas inclusivas mediadas pelo problema de pesquisa: Analisar as perspectivas e práticas de inclusão em uma escola pública a partir dos princípios da gestão democrática. A Gestão democrática direito à educação e práticas inclusivas requer participação ativa nas discussões, acompanhamentos e avaliação. Tais práticas necessitam ser realizadas com responsabilidade, compromisso coletivo tendo como objetivo geral estabelecer no Projeto Político Pedagógico da escola possibilidades de conhecimento que venham a se concretizarem diante das dificuldades e dos avanços dos alunos incluídos no ensino fundamental a luz da Gestão Democrática da Educação e como objetivos específicos dialogar com a comunidade escolar; pesquisar conteúdos que tragam conceitos, fundamentos e experiências inclusivas; coletar informações com a comunidade escolar sobre conhecimento que analisam ser fundamentais para os alunos incluídos no ensino fundamental. Em uma abordagem metodológica qualitativa de pesquisa ação, buscou-se refletir sobre construção das relações democráticas em ambientes onde as práticas desenvolvidas comprometem os envolvidos identificando problemas e buscando soluções para os mesmos. Diante do que foi realizado, considera-se que a gestão democrática na escola exige atuação, participação, comprometimento, redefinição do papel do diretor para tornar o Projeto Político Pedagógico verdadeiramente inclusivo com concepções claras de currículo, planejamento e avaliações que atendam as necessidades do aluno incluído.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Inclusão. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

This study aims to investigate as in the democratic management and inclusive practices mediated research problem: How to build knowledge and realize the same in the face of difficulties and progress of students including elementary school at the Pedagogical Political Project based on the Education Democratic management and community participation of the school in this process? The Democratic management right to education and inclusive practices requires active participation in discussions, monitoring and evaluation. Such practices need to be done responsibly, collective commitment with the general objective of establishing the Pedagogical Political Project school possibilities of knowledge that will materialize in the face of difficulties and progress of pupils included in elementary school the light of Education of the Democratic Management and how specific objectives dialogue with the school community; search content that bring concepts, fundamentals and inclusive experiences; collect information with the school community on knowledge that analyze be fundamental for students included in elementary school. In a qualitative methodological approach of action research, we sought to reflect on the construction of democratic relations in environments where the practices developed compromise involved identifying problems and seeking solutions to them. Given what has been accomplished, it is considered that the democratic management in the school requires action, participation, commitment, redefinition of the director's role to make the Pedagogical Political Project truly inclusive with curriculum clear conceptions, planning and assessments that meet the student's needs included.

Keywords: Democratic Management. Inclusion. Pedagogical Political Project.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
2 DIREITO À EDUCAÇÃO	9
3 GESTÃO DEMOCRÁTICA	12
3.1 Legislação e construção da escola inclusiva	13
3.2 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	19
3.3 Projeto Político Pedagógico	25
4 ABORDAGEM METODOLÓGICA	27
4.1 Caracterização da escola	29
4.2 Coleta de dados	30
5 ANÁLISE DOS DADOS	33
5.1 Elaboração do Projeto Político Pedagógico na escola investigada	33
5.2 A escola que queremos	35
5.3 A inclusão através das observações dos atores da escola XX	36
5.4 O currículo e avaliação dos alunos incluídos.....	38
5.4.1 Um currículo para os alunos incluídos	39
5.4.2 A avaliação dos alunos incluídos.....	42
CONSIDERAÇÕES	44
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICES	51

INTRODUÇÃO

A trajetória dessa investigação decorre de situações vivenciadas em uma escola pública do Rio Grande do Sul, através da discussão de aspectos relevantes da Gestão Democrática comprometida com valores e princípios da decisão conjunta para estabelecer no Projeto Político Pedagógico possibilidade de conhecimento que venham a se concretizarem diante das dificuldades e avanços dos alunos incluídos no ensino fundamental.

Na busca de informações sobre Gestão Democrática e Práticas Inclusivas, encontramos diversas leis decretos, pareceres, resoluções e portarias que garantem o pleno exercício dos direitos individuais e sociais, integração social, garantindo ações governamentais necessárias ao cumprimento do que é garantido constitucionalmente. Por outro lado as escolas apresentam dificuldades para discutir com a comunidade que a inclusão exige “mudanças, estimula a flexibilidade das relações, a redistribuição de recursos para um mais correto aproveitamento” (FREITAS, 2008, p.38).

Mantoan (1997), apresenta reflexões que práticas inclusivas requerem a inserção de novos recursos de ensino e aprendizagem, mudança de postura por parte dos professores favorecendo melhorias na qualidade de ensino. Neste sentido, as ações coletivas, no âmbito escolar, favorecem a participação, promovendo rupturas, revendo valores, transformando estruturas, valorizando, compartilhando saberes, estabelecendo articulações com as famílias para favorecer a democracia e formas de gestão que possam eliminar a hierarquização da escola onde as decisões são tomadas sem a participação efetiva de todos.

Para Veiga (1995), o Projeto Político-Pedagógico é fundamental para a escola que vivencia a gestão democrática, ele necessita mediar à convivência humana provocando rupturas positivas. Sua elaboração e/ou reformulação deve envolver todos os segmentos para avançar, alcançar o almejado, articular a relações entre escola e comunidade, construir parcerias para definir objetivos e princípios, propor ações, atitudes, regras e rotinas que proporcionam a descoberta.

O acesso do aluno com deficiência intelectual na escola exige a organização práticas complexas, com abordagens que podem gerar transformações na escola como um todo, possibilitando a busca de técnicas que sejam capazes de atingir o

potencial, respeitando as diferenças e inserindo-o na sociedade. Paro (2001) em seus estudos, define a participação de todos os segmentos da comunidade escolar como componente fundamental para a construção e acompanhamento da execução do projeto político pedagógico considerando organização curricular como um todo fundamentado na gestão democrática.

O Projeto Político Pedagógico para Veiga (1995), necessita relacionar princípios de operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação, pois trabalhar com alunos inclusos requer uma dinamicidade curricular, que permita ajustar o fazer pedagógico, às necessidades do aluno através da realização de adaptações curriculares flexíveis, que possa atender a todos e propiciar seu progresso em função de suas possibilidades e diferenças.

Neste sentido, a gestão democrática é viável para o desenvolvimento de práticas inclusivas favorecendo ações que promovem a diversidade, que busca compreender que “a construção do projeto político-pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho e sua rotinização” (VEIGA, 1995, p.22).

O primeiro capítulo apresenta a introdução permitindo contextualizar o problema da pesquisa, objetivos e características do espaço a ser investigado.

O segundo capítulo apresenta discussões sobre o direito à educação garantido constitucionalmente e as transformações sociais para a garantia de igualdade, buscando superar as desigualdades. A proteção dos direitos humanos apresenta contradições entre igualdade e diferença, supera as desigualdades, valoriza a diversidade, protagoniza a igualdade entre os seres humanos. Considera-se o direito à educação como um processo natural onde os processos educativos permeiam a vida dos sujeitos desenvolvendo práticas de ensinar e aprender.

O terceiro capítulo contempla um estudo contextualizado da gestão democrática, conhecimentos da legislação, política nacional da educação especial e o projeto político pedagógico como o documento principal para a construção de uma escola inclusiva que possa garantir acesso e permanência de todos na escola.

A metodologia numa abordagem de pesquisa qualitativa na perspectiva de pesquisa-ação, baseada nas relações democráticas através da observação, planejamento, ações, reflexões que favorecem a busca de superação para o problema a ser investigado é contemplada no quarto capítulo.

O quinto capítulo expressa a análise dos dados coletados, tendo embasamento nos referenciais teóricos para contextualizar as práticas realizadas pelo pesquisador na perspectiva da gestão democrática e o direito à educação. Finalizando com considerações finais com reflexões dos resultados alcançados e aprendizagens construídas.

2 DIREITO À EDUCAÇÃO

Os direitos educacionais estão interligados com as transformações da sociedade e são baseados na Constituição de 1988 no que se refere à educação como direito de todos, dever do estado e da família objetivando o desenvolvimento, a promoção da dignidade humana, a construção da cidadania fortalecendo a criação de um Estado Democrático. A educação lança maneiras para o cidadão atuar em sociedade, porém este necessita ter “acesso a formação educacional, ao mundo das letras e o domínio do saber sistematizado. Em consequência disso a formação do cidadão passa necessariamente pela educação escolar.” (SANTOS, 2001, p.65).

A educação pode ser compreendida conforme Rutkoski (2006), como uma ação que auxilia na criação de políticas que proporcionam melhorias na qualidade educacional minimizando as desigualdades.

A educação democrática assume assim uma enorme dimensão, que não se restringe a programas educacionais fragmentados, mas alcança a formação de um homem capaz de pensar e transformar o próprio mundo em que vive. (RUTKOSKI, 2006, p. 365).

Com base em Rodrigues (1986), a educação como uma prática social que está presente em diversos espaços e momentos de vida. É um assunto que faz parte das políticas públicas com destaque em processos formativos de vários níveis, ciclos e modalidades educativas. Logo, a educação escolar pode ser entendida como um recurso utilizado para transformar a sociedade.

A educação perpassa limites e possibilidades da ação pedagógica, social, cultural e política. Sua qualidade pode ter relação com as etapas de escolarização, como um espaço diversificado com diferentes atores, espaços com possibilidades e limites que proporciona compreensões sobre a escola como local de disseminação, construção e socialização de saberes. Neste sentido, Dourado, Oliveira e Santos (2007), através de suas pesquisas e estudos explicam que a qualidade educacional é complexa, múltipla, envolve dimensões extras e interescolares, considera que o ensino e aprendizagem interferem nos resultados educacionais.

A legislação brasileira, conforme Dourado, Oliveira e Santos (2007), destacam que a qualidade educacional necessita ter relação com os objetivos, práticas, resultados escolares, participação, autonomia, valorização, planejamento, avaliação, monitoramento e comunicação entre todos os segmentos da escola.

O direito à educação segundo Candau (2012), passou a ocupar lugar de destaque, favorecendo a comunicação entre a cidadania e participação nas decisões para garantir um sistema educacional, que priorize a construção de conhecimentos através de práticas que contemplam ações de cidadania, que reduzem as desigualdades sociais e escolares, que acima de tudo priorize a participação ativa na construção de projetos que consideram a importância do trabalho em rede para proporcionar melhorias na qualidade educacional.

Por isso, as manifestações referentes à qualidade da educação devem articular os objetivos educativos com as etapas de desenvolvimento da vida dos alunos, as condições de trabalho, motivação, valorização dos profissionais e comprometimento dos mesmos com o processo educativo definido conforme as políticas e gestão da educação.

Neste sentido, podemos considerar que a formação de professores tem ocupado lugar de destaque nas políticas públicas da Educação Básica. Esta visa qualificar o profissional para atuar de forma interativa com o tempo e o espaço contextualizando sua prática docente e refletindo sobre seu compromisso político e social com uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento global do ser humano.

A formação de professores auxilia no planejamento de práticas inovadoras e desafiadoras é possível compreender e desenvolver conhecimentos pautados na formação de sujeitos de direitos considerando a individualidade, interagindo com novas situações, compreender que o processo de aprendizagem ocorre através de momentos de troca onde um aprende com o outro.

As ações pedagógicas comprometida com as questões dos direitos educacionais consideram que a elaboração/reelaboração do Projeto Político Pedagógico seja compreendida como um trabalho democrático, com respeito aos princípios, garante direito, mas também exige o cumprimento dos deveres.

Cabe destacar que a proteção dos direitos humanos apresenta contradições entre igualdade e diferença, supera as desigualdades, valoriza a diversidade, protagoniza a igualdade entre os seres humanos. Considera o direito à educação como um processo natural onde os processos educativos permeiam a vida dos sujeitos desenvolvendo práticas de ensinar e aprender.

O direito à educação apresenta relação com a família, situações onde a educação se realiza de maneira não formal como, por exemplo, em diferentes organizações da sociedade. Este direito caracterizado por um processo de aceleração e expansão da escolarização que prevê a igualdade, obrigatoriedade e universalização.

As situações vivenciadas relacionadas ao direito à educação, diversidade e direitos humanos exigem programas de formação que produzem mais significados na vida dos profissionais da educação para que estes sejam de fato qualificados de acordo com as demandas existentes. Não é suficiente a existência de diretrizes com normas, princípios e procedimentos para serem observados são necessários acima de tudo que estas diretrizes sejam transformadas em práticas concretas.

Para articular os desafios no cotidiano do direito à educação com a gestão democrática é necessário reorganizar a escola contemplando a diversidade, e heterogeneidade no planejamento e acima de tudo que possam atribuir valores significativos ao seu trabalho e ter em mente que ensinar exige responsabilidade e acreditar que as mudanças são possíveis..

3 GESTÃO DEMOCRÁTICA

A escola foi influenciada pelas mudanças que ocorreram na sociedade, por isso, há necessidade da gestão escolar ter comprometimento com valores democráticos e propor formas de organização que contemple às demandas sociais através de reuniões e cooperação e que possam garantir alterações nas atitudes e valores, priorizando uma educação de qualidade para todos.

Conforme Paro (2001), podemos encontrar escolas organizadas com a visão de que o diretor é responsável pelo cumprimento de leis, supervisão, controle de atividades, aquele que tem o poder de definir e estabelecer regras. Neste sentido, Apple e Beane (1997), em relação à Gestão democrática destacam que a escola democrática é aquela que apresenta em sua organização curricular práticas baseadas na participação de todos os segmentos.

Para Gandin (1994), a escola deve ser compreendida como um espaço onde ocorre a construção de saberes, por isso é importante proporcionar um espaço onde seja possível a expressão de opiniões. Com envolvimento e participação é que ocorrem as relações complexas e compreensões de que a democracia não se restringe apenas a gestão. Todas as ações integrantes do currículo necessitam de alterações e proporcionar situações em que todos possam se organizar e participar democraticamente.

Um planejamento participativo que “respondem às preocupações, aspirações e interesses de ambas as partes” (APPLE; BEANE, 1997, p. 21). vai sendo transformado em prática, no momento em que contempla compreensão, acolhimento, valorização e que proporciona de uma maneira natural a convivência com o outro considerando suas individualidades. Na escola percebemos esta participação quando os alunos se organizam para fazer suas articulações, definições independentemente do que foi instituído.

Na gestão participativa, o gestor deve assumir o papel de conduzir sua equipe, de maneira que todos possam participar e assumir responsabilidades na execução das tarefas procurando envolver comunidade escolar nos processos de planejamento, tomada de decisões e avaliação dos resultados alcançados. Tornando a gestão transparente para todos. Ao “falar em potencialidades e obstáculos da participação da população na gestão da escola pública implica

elucidar determinantes imediatos de tal participação que se encontram dentro e fora da escola”. (PARO, 2000, p. 43).

Carbello (2007), apresenta reflexões que nos levam a compreender que o significado de gestão tem relação com gerência, administração e a participação na gestão como indicação de ações de cidadania onde “falar de gestão democrática é falar em governar com a participação do povo e para o povo. No âmbito da educação, essa modalidade de gestão é caracterizada pelo envolvimento da comunidade” (CARBELO, 2007, p. 3).

A gestão democrática na escola deve considerar “os relacionamentos e a hierarquia de poderes no interior das mesmas.” (CARBELO, 2007, p. 3). As determinações de tarefas no interior do ambiente escolar nem sempre ocorre de forma democrática. Em muitos locais o diretor é visto como o único e insubstituível para tomar as decisões deixando a comunidade escolar privada de participação ativa no planejamento e tomada de decisões. Isso, não contempla a essência que auxilia na formação de um cidadão consciente que seja transformador do meio em que está inserido.

Em relação à gestão democrática:

Os sistemas de ensino definirão normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalente. (CARNEIRO, 1998, p. 78).

Nesta perspectiva, é preciso redefinir o papel do diretor compreendido como o único que tem autonomia para a tomada de decisões. Este papel deve ser fundamentado em momentos de construção coletiva, através do conhecimento das ações e da tomada de decisões para que possam auxiliar na criação e recriação de práticas fundamentais para a construção de cidadania.

Para sabermos e termos ciência de como definir ou redefinir o papel do diretor é fundamental que adentrarmos na legislação e nas possibilidades de criação de uma escola inclusiva, então veja tais assuntos a seguir.

3.1 Legislação e construção da escola inclusiva

A legislação em relação à educação apresenta os avanços significativos, priorizando uma educação para todos tendo como base “o paradigma da inclusão,

nos direitos humanos e na articulação entre o direito à igualdade e à diferença os quais abriram caminho para a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos” (BRASIL, 2010, p. 07).

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, estabelece normas que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais as pessoas portadoras de deficiência. E sua integração social garantindo assim, ações governamentais necessárias ao cumprimento as das disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, entendendo-a como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade. De acordo com o artigo 2 inciso I, na área da educação, os órgãos da administração direta ou indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos desta lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar sem prejuízo:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação de profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios; b) a inserção, no referido sistema educacional de escolas especiais privadas e públicas; c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino, d) oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a (1) um ano, educandos portadores de deficiência; e) o acesso aos alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo; f) a matrícula compulsória e cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino. (BRASIL, 2004, p.39 e 40).

Segundo Carneiro (1998), a Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 pode ser entendida como uma Lei derivada da Constituição Federal de 1988. Ela faz a correção e o conserto da terminologia portadores de deficiência para educandos com necessidades educacionais especiais. No seu artigo 4º, inciso III, destaca o que o dever do Estado, com a educação pública será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Logo percebemos avanços do dispositivo Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, quando destaca que o atendimento educacional deve ser gratuito, portanto não pode ser cobrado; as pessoas em idade escolar são consideradas educandos com necessidades educativas especiais, o que pressupõem um enfoque

pedagógico, ou mais precisamente psicopedagógico em se tratando de atendimento educacional. O artigo 58 mistura o enfoque clínico com o pedagógico ao conceituar a educação especial como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com necessidades educativas especiais.

Conforme o Artigo 58 da Lei nº 9.394/96, “entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com portadores de necessidades especiais.” (CARNEIRO, 1998, p.142). Este artigo ressalta que quando necessário haverá, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela. Esse atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A oferta de educação especial tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil. O Artigo 59 destaca que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores desses educandos em classes comuns; IV- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual e psicomotora; V- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares para o respectivo nível do ensino regular.(CARNEIRO, 1998, p.147).

A fundamentação da educação para todos com base em princípios de educação inclusiva, na ética e na diversidade como novo paradigma no contexto da educação especial e como pressuposto de uma educação de qualidade para todos, afirmando o direito de acesso à escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais na sua comunidade. Sendo assim, a escola necessita estar motivada para o acolhimento e valorização das diferenças, rompendo com a ideologia da exclusão e indica uma transformação no sistema educacional a partir da

construção de escolas abertas para todos, de uma pedagogia não homogênea e da participação da comunidade. (BRASIL, 2008).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica apresentam orientações aos sistemas de ensino para a organização da Educação Especial como eixo transversal que percorre todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com garantia de acesso a escola regular e oferta ao atendimento educacional especializado. Tais práticas devem favorecer momentos para a construção de aprendizagem e a participação, assegurando uma educação de qualidade. (BRASIL, 2004).

A Lei nº. 10.172/01 “aprova o Plano Nacional de Educação Especial” (BRASIL, 2004, p. 142). Tal plano, estabelece objetivo e metas em relação ao desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, em parceria com as áreas de saúde e assistência social visando à ampliação da oferta do atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos alunos bem como o desenvolvimento de ações preventivas nas áreas visuais e auditivas, o atendimento extraordinário em classes e escolas especiais, ao atendimento preferencialmente na rede regular de ensino e programas de educação continuada dos professores que estão em exercício à formação em instituição de ensino superior.

É necessário matricular todas as crianças nas escolas regulares de ensino, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. As escolas devem organizar atividades que facilitam a participação dos pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiências nos processos de planejamento, de tomada de decisões. Acima de tudo, é preciso investir em estratégias de identificação e intervenção precoce e enfim, garantir dentro do contexto das mudanças sistêmicas, programas de treinamento de professores tanto no serviço como durante a formação, incluindo a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. (BRASIL, 2004).

Para avançar nesta direção os sistemas de ensino devem conhecer a demanda de atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, mediante a criação de sistemas de informação que possibilitem a identificação, a análise, a divulgação e o intercâmbio de experiências educacionais inclusivas. A formação dos professores também precisa ser numa perspectiva do ensino na diversidade bem como para o trabalho em equipe.

A LDB no inciso III do artigo 59 faz referencia a dois perfis de professores para atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais: o professor da classe comum capacitado e o professor especializado em educação. Professores capacitados são aqueles que em sua formação, de nível médio ou superior, comprovem que foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação espacial e desenvolvidas competências que possibilitam perceber as necessidades educativas especiais dos alunos; flexibilizar ações pedagógicas nas diferentes áreas do conhecimento; avaliar a eficácia do processo educativo e atuar em equipe com professores especializados.

Os professores especializados são aqueles que desenvolvem competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definindo e implementando respostas educativas para tais necessidades. Também apóiam o professor da classe comum atuando nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas. São considerados professores especializados aqueles que comprovam formação em cursos de licenciatura em educação especial. E aqueles que em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante, associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental e complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior a licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento para atuação no nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. (BRASIL, 2001).

No âmbito pedagógico, o projeto pedagógico que inclua os educandos com necessidades educativas especiais deve seguir as mesmas diretrizes traçadas no Conselho Nacional de Educação para a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação profissional de nível técnico, a educação de jovens e adultos e a educação escolar indígena. Tal projeto deverá atender o princípio da flexibilização para que o acesso ao currículo esteja adequado às condições discentes respeitando seu caminhar próprio e favorecendo o progresso escolar.

Durante o processo educativo é necessário realizar uma avaliação pedagógica com os alunos portadores de necessidades educativas especiais para identificar as barreiras que impedem ou dificultam o processo educativo em suas múltiplas dimensões. Esta avaliação deve considerar as variáveis individuais bem como as condições da escola e da prática docente que incidem na aprendizagem e aspiram nas diretrizes gerais da educação bem como as relações que se

estabelecem entre elas. A ênfase desta avaliação deve estar centrada no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno, como também na melhoria da instituição escolar, onde a avaliação é compreendida como um processo permanente de variáveis que interferem no processo permanente de análise das variáveis que interferem no processo de ensino e de aprendizagem.

Quando os recursos existentes na própria escola mostrarem-se insuficientes para melhor compreender as necessidades educacionais dos alunos e identificar os apoios indispensáveis, a escola poderá recorrer a uma equipe multiprofissional. A composição dessa equipe pode abranger profissionais de uma determinada instituição ou profissionais de instituições diferentes. Cabe os gestores educacionais buscar essa equipe multiprofissional em outra escola do sistema educacional ou na comunidade, o que se pode concretizar por meio de parcerias e convênios entre Secretaria de Educação e outros órgãos, governamentais ou não (BRASIL, 2001, p. 34 e 35).

Com a avaliação realizada pela equipe escolar, legitima-se a criação dos serviços de apoio pedagógico especializado para atender as necessidades educacionais especial dos alunos, nesta ocasião é que o especial da educação se manifesta. Para os que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais demandam ajudas e apoio intenso e contínuo cujas necessidades especiais não puderam ser atendidas em classes comuns, os sistemas de ensino poderão organizar classes especiais para realizar o atendimento em caráter transitório.

Segundo Freitas (2005), os alunos com deficiências, muitas vezes requerem atenção individualizada tanto na vida autônoma como social, recursos, apoios intensos e contínuos e adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não tenha conseguido prover, podem ser atendidos em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas. Esse atendimento deve ser complementado, sempre que necessário e de maneira articulada por serviços de profissionais da área da Saúde, Trabalho e Assistência Social. Nesse contexto, cada escola deve identificar a melhor forma para atender às necessidades educacionais de seus alunos, em seu processo de aprender. Cabe a cada instituição diagnosticar a sua realidade educacional e programar alternativas de serviços bem como a sistemática de funcionamento dos serviços preferencialmente no âmbito da própria escola procurando promover o sucesso escolar de todos os alunos.

As alternativas existentes utilizadas por diversas comunidades escolares como as salas de recursos, salas de apoio pedagógico, serviços de itinerância em suas diferentes possibilidades de realização como também é fundamental que se

possa investir na criação de novas alternativas desde que estejam fundamentadas no conjunto de necessidades educacionais especiais encontradas no contexto da unidade escolar. Podendo também estabelecer relacionamentos com serviços especializados disponíveis na comunidade, tais como aqueles que são oferecidos em escolas especiais, centros ou núcleos educacionais especializados, instituições públicas e privadas de atuação na área da educação especial. Essa integração garante a totalidade do processo formativo e o atendimento adequado ao desenvolvimento integral do cidadão. Por isso, é fundamental que adentrarmos na análise dos aspectos políticos da educação especial a luz da perspectiva da educação inclusiva.

3.2 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Para Góes (2004), Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva de Educação Inclusiva faz compreender que os benefícios da inclusão são para todas as comunidades porque o ambiente inclusivo sofre impacto no que se refere à cidadania, a diversidade e ao aprendizado. As escolas juntamente com as famílias constituem espaços fundamentais para a construção da subjetividade e para o exercício da sua socialização e construção de sua cidadania.

Vivemos numa sociedade onde a democracia é um sistema criado e mantido pelas pessoas que vivem nela. Não haverá democracia enquanto não houver igualdade real para todos, isso implica em garantir respostas para as diferentes necessidades que se fazem presentes nos indivíduos que constituem o coletivo, por isso, a Aprendizagem da administração das relações sociais e interpessoais devem ser consideradas fatores fundamentais para a construção de uma sociedade democrática. (BRASIL, 2004)

No momento em que a Educação Especial passa a ser uma obrigatoriedade foi necessário adaptar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender o que à legislação propõe. Nas escolas ocorreram muitas revoltas e inquietações entre os educadores. Esta passou a ser considerada como um processo educacional e deve estar definida em uma proposta pedagógica, que assegure recursos educacionais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos até substituir os

serviços educacionais comuns, de modo que possa garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento de potencialidades. (BRASIL, 2001)

A legislação chama atenção que nos sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial dotado de recursos materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. Isto está acontecendo com o intuito de se fazer cumprir os acordos internacionais assumidos pelo Brasil de construir escolas que possam acolher todas as crianças. (BRASIL, 2004)

O Ministério da Educação esta implementando ações para formar gestores e educadores para poder efetivar uma proposta educacional tendo como princípio a garantia do direito dos alunos com necessidades educativas especiais de acesso e permanência na escola e classes comuns do ensino regular. Mesmo assim, é fundamental lembrar que a política pela construção da inclusão educacional deve receber atenção das instâncias políticas administrativas superiores, de toda a comunidade educacional, pelos diferentes níveis da administração pública. Enfim, de todos os que coletivamente constituem o processo educacional, que assumem com consciência e com grande interesse, pela maioria dos que tiveram a oportunidade de compreender seu significado, sua natureza, seus objetivos e seu valor social. (BRASIL, 2010)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, faz compreender que as pessoas com deficiência têm direito de viver e estudar em ambiente comum, juntamente com as demais pessoas da comunidade, tornando-se cidadãos produtivos e felizes. Para contemplar isso, é preciso criar alternativas reais, efetivas e afirmativas, para que todos possam conviver no espaço escolar comum. É fundamental que comunidade esteja disposta a aceitar e participar do processo de inclusão que é mais complexo do que somente inserir a criança com deficiência numa sala comum.

Antes de iniciar um trabalho é fundamental desenvolver um trabalho de sensibilização e acolhimento para a convivência na diversidade com os demais enfatizando a importância das diferenças entre os indivíduos, de maneira geral. Os comportamentos de rejeição e de super proteção à diferença devem ser desvelados, discutidos, compreendidos e modificados, inclusive como parte da ação educativa da escola, que é de formar cidadãos ativos, conscientes, críticos e responsáveis. É muito importante iniciar um diálogo a partir das vivências concretas.

Conforme Ribeiro; Baumel (2003), foi o movimento de escolarização universal, conhecido por “escola de massas”, que pôs em evidência o caráter elitista e classista da escola tradicional como instrumento a serviço dos interesses e valores da classe dominante. Sendo assim, se reconhecem, admitem e aceitam as diferenças individuais entre os alunos, onde é preciso desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem diferenciadas e adequadas, que decorram da e visem à assunção dessas mesmas diferenças entre os alunos.

Na lógica da homogeneidade, a escola tradicional procedia de acordo com as idéias de nível e uniformidade, obrigando que os alunos se adaptassem às exigências do sistema. Propondo um ensino igual para todos, por que todos são iguais, a escola marginalizava e segregava liminarmente aqueles que aparecessem como diferentes. Era o caso dos alunos com necessidades educativas especiais, quer de dificuldades de aprendizagem ou qualquer outra etiologia. Na lógica da heterogeneidade, ao contrário, as diferenças individuais entre os alunos não apenas são reconhecidas e aceitas, como constituem (devem constituir) a base para a construção de uma nova e inovadora abordagem pedagógica, onde não há mais lugar para exclusões ou segregações (RIBEIRO; BAUMEL, 2003, p.14).

Tradicionalmente a igualdade era compreendida como uniformidade no momento em que se referia à diversidade a igualdade significava respeito pelas diferenças, pelas necessidades individuais desenvolvendo as potencialidades de cada aluno através de percursos individuais de aprendizagem e no respeito de ritmos e características próprias. A classe homogênea era a preferida do professor, num passado recente onde os alunos faziam as mesmas atividades da mesma maneira, ao mesmo tempo e com a utilização dos mesmos recursos didáticos. Isso foi obrigado a dar espaço para a classe heterogênea onde existem alunos com várias expectativas, competências e acima de tudo possibilidades. Estas não só convivem como são pretexto e contexto da própria definição e organização do processo de ensino-aprendizagem.

Na escola a necessidade de um currículo global e flexível para que as necessidades dos alunos possam encontrar respostas nele. Elas devem ter recursos físicos, pedagógicos, didáticos e humanos para proporcionar acesso efetivo ao currículo e, além disso, devem ser criadas equipes multidisciplinares de apoio ao professor de ensino regular, uma vez que esse deve ser o centro de todo o processo decisivo e de ensino-aprendizagem. Isso provocará transformações somente se o professor assumir a responsabilidade maior e o papel ativo no processo no que se refere às práticas cotidianas em sala de aula.

No contexto geral da reflexão sobre a atenção à diversidade, o papel central do professor do ensino regular em todo o processo tem sido objeto de muitas reflexões, mas ainda não são de suficientes investigações. Embora de utilidade inquestionável e, por vezes, de elevada qualidade pedagógico-didática, as propostas apresentadas não tomam geralmente em atenção que a práxis educativa é sempre função de uma situação concreta, carecendo por conseguinte de uma adequada transposição e contextualização. Por outro lado, importa realçar que a passagem de um discurso administrativo sobre a diversidade para a organização de respostas ajustadas e eficazes não é fácil nem imediata. (RIBEIRO; BAUMEL, 2003, p.17).

Para pensar numa escola que dê atenção a diversidade é necessário identificar as características pessoais e as diferenças existentes nas aprendizagens dos alunos, refletir o que é preciso realizar para ter uma educação de qualidade no ambiente do cotidiano escolar e fundamental lembrar as mudanças necessárias na organização, gestão e apropriação curricular, pensar na formação que o professor deverá ter no ensino regular e na Educação Especial, que tipo de legislação deve ser criada, enfim devem considerar as atitudes e expectativas para gerar mudanças significativas.

Amaro (2006), destaca que quando operamos nesta lógica há possibilidades de oferecer uma educação de qualidade para todos concretizando participação e benefícios para os alunos com deficiência. Esta educação considera-os como sujeitos singulares que tem características físicas, cognitivas, desejos, sentimentos, expectativas e formas de entendimento do mundo que lhes são próprias. A singularidade se constrói nas relações com o próprio corpo, com as pessoas, com objetos, enfim, com atividades que vivenciam. O aluno é valorizado em suas diferenças e nas formas como se relacionam no espaço onde estão inseridos demonstrando seus conhecimentos e utilizando recursos diferenciados para a sua construção.

As escolas enfrentam o desafio de incluir os alunos, muitas vezes o professor quer que eles aprendam um determinado conceito e quando não conseguem aprender o problema é logo atribuído ao aluno. Estes muitas vezes são rotulados e impedidos acompanhar aquele o seu grupo. O professor se sente inseguro precisando de outra pessoa que lhe diga com estes alunos podem e devem aprender. Tal decisão do ponto de vista da interdependência deveria ser compartilhada por todos os envolvidos no processo.

A interdependência, conforme Amaro (2006), é importante por que explica que as relações humanas devem ser complementares, indissociáveis e irreduzíveis.

A complementaridade pode ser compreendida que existe uma parte que nos completa, mas que esta fora de nós; indissociável por que não existe a não-dualidade, nada acontece separado, pois estamos dentro compondo as que definem o sistema como um todo e a irredutibilidade tudo depende da relação estabelecida entre uma coisa e outra.

As escolas que possuem ações pautadas por um raciocínio inclusivo, qualquer que seja a posição ou a função dos sujeitos dentro deste sistema, suas ações são consideradas como parte do processo que norteia o projeto pedagógico e político da escola por que as ações realizadas por qualquer sujeito estão a favor de um compromisso coletivo onde as reciprocidades, a solidariedade e cooperação são exercidas no cotidiano pode ser compreendida como o que fazemos pelo outro pode nos beneficiar diretamente ou indiretamente. As reflexões sobre a vida cotidiana onde todos os seres podem viver essa cotidianidade como também outras esferas de dimensão não-cotidiana, como esfera política, das artes e das ciências.

A pessoa com deficiência pode e deve participar da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. É através da vida cotidiana que os homens têm a possibilidade de colocar em funcionamento todos os seus sentidos, as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias (AMARO 2006, p.76).

A educação inclusiva rompe com a tendência de alienação da vida cotidiana. Impõem desafios quebrando preconceitos e paradigmas cristalizados, por isso, primeiramente precisamos compreender que a pessoa com deficiência pode viver sua cotidianidade e assim desenvolvendo sua singularidade num contexto de interdependência. Portanto, é fundamental oportunizar a manipulação das coisas que serão assimiladas bem como as relações sociais por que só podemos nos desenvolver e aprender quando estamos incluídos num contexto social que ofereça oportunidades de vivência das atividades cotidianas, na plenitude possível de cada um.

Para Beyer (2005), a inclusão escolar enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora onde não existam critérios ou exigências de nenhuma natureza, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e permanência com o sucesso de todos. Tal paradigma requer um processo de ressignificação de concepções práticas onde os professores possam compreender a diferença humana em sua complexidade e que estas diferenças

estão constantemente sendo feitas e refeitas e, além disso, estão em todos e em cada um contribuindo para a transformação da realidade histórica de segregação escolar e social das pessoas com deficiência, tornando efetivo o direito de todos à educação. Esta deve estar voltada para a construção do conhecimento compreendendo que este é um processo individual e coletivo que envolve não somente a razão, mas a emoção, o desejo, a intuição, a subjetividade.

Nas últimas três décadas registraram-se diversos avanços na área da educação que provocaram impacto na forma de ver e pensar a educação, por esse motivo os governos têm investido na implementação de políticas públicas na área da educação visando combater a exclusão. Paralelamente ao avanço da política e legislação educacional estão ocorrendo diferentes tipos de reformas acumulando-se um arcabouço de conhecimentos, perspectivas e práticas educacionais inclusivas.

Por muito tempo a Educação Especial o tratamento destinado aos alunos que pertenciam a ela tinha como objetivo a sua adaptação numa tentativa explícita de normalização das deficiências apresentadas numa total negligência para com a singularidade e complexidade do processo de construção de conhecimento. (BRASIL, 2006)

Beyer (2006), problematiza os ambientes segregadores para a socialização e desenvolvimento cognitivo desses sujeitos. Ele destaca que a grande dificuldade que pode ser encontrada nas escolas especiais deve-se a limitação no horizonte social das crianças com necessidades especiais. Enquanto essas crianças precisariam da convivência com crianças com condições cognitivas e sócio-afetivas diferenciadas das suas estão atreladas através de situações pedagógicas e sociais correspondentes a um modelo de interação.

Glat; Oliveira (2003) nos fazem compreender que elaborar currículos é tomar decisões sobre saberes que será valorizado ou transmitido pelas práticas escolares e acima de tudo, pensar sobre a criação ou não de grupos de excluídos e culturas que são negadas pela escola. A perspectiva multicultural é que faz o currículo se comprometer por um ensino de qualidade com a perspectiva de acolhimento e respeito as diversidades. Este trabalho reconhece e valoriza as características individuais no processo de construção de conhecimentos de cada um. Tais concepções enfatizam possibilidades de desenvolvimento acadêmico e sucesso escolar, e é distinta à concepção de adaptar o currículo com base na dificuldade que a criança apresenta para aprender.

A escola regular precisa de apoio e cooperação ao buscar transformar-se numa escola inclusiva. Ela precisa construir a idéia de uma rede de apoio, isto é, uma construção escolar- social de apoio mútuo, que parte da premissa de que cada um tem suas capacidades, potencialidades, dons e talentos que podem ser utilizados para proporcionar ajuda e apoio aos companheiros da comunidade. Esta rede começa na sala de aula e expande-se pela escola como um todo.

3.3 Projeto Político Pedagógico

Considerando a escola com o local onde se desenvolve ações de cidadania, autonomia e participação o Projeto Político Pedagógico deve ser desenvolvido coletivamente. Sendo assim, é tarefa da gestão democrática a “administração, a elaboração e acompanhamento do projeto de educação, o qual por sua vez, deve ser fundamentado em paradigma de homem e sociedade.” (CARBELLO, 2007, p.8). Podemos compreender a gestão como atuação e desenvolvimento coletivo, que considera, as mudanças ocorridas na sociedade como meios que influenciam diretamente o campo educacional.

Os princípios de gestão democrática levam em consideração o aluno como sujeito do processo educacional, estabelecendo relações e priorizando práticas que exigem comprometimento com a execução dos direitos humanos. Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico necessita contemplar a autonomia com o objetivo de “resgatar o papel e o lugar da escola como eixo do processo educativo autônomo, não sendo a escola uma mera reprodutora de ordem e decisões elaboradas fora do seu contexto”. (Carbello, 2007, p. 8). A participação entendida como uma relação intrínseca com para que a gestão democrática possa de efetivar. O clima organizacional exige o planejamento de ações com objetivos precisos visando à participação e atua constante de todos os envolvidos.

É fundamental conforme Caria (2011), que o Projeto Político Pedagógico seja significativo e vinculado a um projeto amplamente caracterizado histórico e social e que acima de tudo oportuniza aos envolvidos uma concepção compreensiva “da realidade histórica na qual a escola esta inserida” (CARIA, 2011, p. 31).

Sendo assim, a elaboração/reelaboração do Projeto Político Pedagógico pode ser compreendido como um momento de aperfeiçoar , de desafiar-se e acima de tudo buscar novas práticas visando a efetivação dos direitos humanos. Por isso, é necessário retomar o trabalho escolar e ter clareza do papel da escola e dos

educadores para desenvolver práticas que conduzem a uma educação de qualidade, que esteja voltada para a construção de uma sociedade que respeite as diferenças e que entenda o acesso à educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

É o projeto político pedagógico que determina os caminhos que a escola deve percorrer, por isso “a construção do projeto político pedagógico que sintetiza esse reordenamento institucional , superando a dicotomia entre o planejar e o executar, mobiliza os sujeitos escolares a possibilidade de maior autonomia.” (CARIA, 2011, p.36).

O desenvolvimento da autonomia política e pedagógica ocorre no momento em que se prioriza o envolvimento no planejamento e execução de tudo o que deve ser realizado e que considere a escola como um espaço destinado para o desenvolvido da cidadania.

O estudo do projeto político pedagógico, conforme Veiga (1995), tem sido considerado como uma meta com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino. Por isso, “ao construirmos os projetos de nossas escolas planejamos o que temos intenção de fazer de realizar.” (VEIGA, 1995, p.12). Para transformá-lo em práticas devemos aceitar desafios e ter presente que é fundamental proporcionar vivências democráticas.

A sistematização das práticas pedagógicas deve contemplar os “princípios de igualdade qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico.” (VEIGA, 1995, p.22).

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A construção do conhecimento acontece de uma maneira dialógica, numa interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. O ser humano busca respostas para fenômenos utilizando “a técnica, a tecnologia, ou seja, a capacidade de aprender a trabalhar com bens naturais, transformando-os em bens manufaturados e úteis” (KAUARK, 2010, p. 17) e como isso, constrói, transmite, adquire conhecimentos, aplica através de diversos meios com a finalidade de provocar mudanças, ordenar o pensamento, catalogar e prever fenômenos que fazem parte do nosso cotidiano.

A questão norteadora: Analisar as perspectivas e práticas de inclusão em uma escola pública a partir dos princípios da gestão democrática, conforme Kauark (2010), busca solucionar um problema que alguém deseja uma resposta. Isso pode ser realizado, através da produção de ciência para se chegar ao conhecimento. Ela se caracteriza por procedimentos sistemáticos baseado em raciocínio lógico. Deve ser realizada através de uma investigação planejada, com uso de instrumentos estipulados pelo pesquisador para chegar aos resultados ideais.

Para Andrade (2003), a metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento. Isso se torna necessário no momento em que o ser humano começa a interrogar-se a respeito dos fatos do mundo exterior, na cultura e na natureza. As etapas da coleta dos dados foram esquematizadas assegurando uma lógica na execução das atividades tendo como objetivo geral estabelecer no Projeto Político Pedagógico possibilidades de conhecimento que venham a se concretizar diante das dificuldades e avanços dos alunos incluídos no ensino fundamental.

Através da contextualização dos objetivos específicos: dialogar com a comunidade escolar sobre os conhecimentos que venham a se concretizarem diante das dificuldades e dos avanços dos alunos incluídos a luz da Gestão Democrática da Educação; pesquisar conteúdos que tragam conceitos, fundamentos e experiências inclusivas; coletar informações com a comunidade escolar sobre conhecimentos que analisam ser fundamentais para os alunos incluídos no ensino fundamental procurou-se buscar respostas para os problemas apresentados visando uma melhor qualidade nas práticas oferecidas.

A pesquisa qualitativa para Triviños (1987), teve grande interesse em países da América Latina onde o ensino se caracteriza pelo destaque de sua realidade qualitativa mesmo que muitas vezes manifesta-se através de mediações, de quantificações como percentagem de analfabetos, de repetentes, do crescimento de matrículas, dos professores titulados. Isso que aparecia como forma natural de apreciar as realidades escolares começou a vincular-se, sistematicamente, a posicionamentos teóricos mais claros.

O avanço do conhecimento facilita o confronto de perspectivas diferentes para compreender o real, conforme Triviños (1987). Optou-se pelo uso qualitativo na pesquisa em educação e em todos os aspectos possíveis de estudar no sistema educacional. Ela é complexa e não define taxativamente seus pontos de vista teóricos ainda que estes sejam perceptíveis no desenvolvimento da pesquisa e na interpretação dos resultados. Não aparece com uma visão isolada dos fatos e sim todas relacionadas, por isso, a fundamentação teórica não existe como um capítulo separado. Serve para apoiar as informações que aparecem no desenvolvimento da investigação e “o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados” (TRIVIÑOS, 1987, p. 133).

Para Goldenberg (2007), a pesquisa científica exige criatividade, disciplina e organização. Esta se baseia no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância, muitos cientistas sociais acusam a pesquisa qualitativa de não apresentar padrões de objetividade, rigor e controle científico, não possui testes adequados de validade, não produz generalizações que visem à construção de um conjunto de leis do comportamento humano.

Partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para se produzir generalizações. Segundo Goldenberg (2007), os dados da pesquisa qualitativa têm como objetivo compreender os fenômenos sociais apoiados no pressuposto da relevância do aspecto subjetivo da ação social. Contrapõem-se assim, à incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos que não podem ser identificados através de questionários padronizados.

Para Franco (2005), a pesquisa-ação apresenta inúmeras intencionalidades, busca refletir sobre sua essencialidade epistemológica. É pautada na construção de relações democráticas, culturais, étnicas, tolera as opiniões divergentes e considera

mudanças na singularidade do sujeito. Ela contempla ações entre os envolvidos, realiza pesquisas nos ambientes onde as práticas são desenvolvidas, compromete os envolvidos com o que será focado. É uma pesquisa que é aplicada e orientada na elaboração de diagnóstico identificando problemas e buscando soluções para os mesmos.

Em Ciências Sociais, tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo. (MINAYO, 1994, p.51).

Minayo (1994) apresenta reflexões sobre a necessidade de uma programação bem definida, fases exploratórias, comprometimento do investigador e dos investigados para ter sucesso na pesquisa de campo. Nesta a entrevista e a observação são os procedimentos mais utilizados para obter informes das falas dos atores em um contexto vivenciado em uma determinada realidade.

A observação do participante “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores” (MINAYO, 1994, p. 59). Ela fundamenta as relações auxiliando nas modificações necessárias conforme o contexto.

Godoy (1995) destaca a diversidade existente entre trabalhos qualitativos e apresenta um conjunto de características essenciais que possam identificar uma pesquisa qualitativa: ambiente natural como fonte de dados e pesquisador como instrumento fundamental, caráter descritivo, significado que as pessoas atribuem para as coisas bem como a preocupação do investigador, enfoque indutivo.

4.1 Caracterização da escola

Para a realização da investigação foi escolhida uma escola municipal do RS, criada no ano de 1962. Sua dependência administrativa é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. É uma escola de ensino fundamental completo, com atendimento para Educação infantil na modalidade Pré-Escola às crianças a partir de 4 anos de idade, Atendimento Educacional Especializado- AEE, para alunos com deficiências matriculados, em turmas regulares, nesta ou em outra escola da rede municipal e acompanhamento pedagógico para alunos com dificuldades de aprendizagem.

Possui um prédio de alvenaria em estado regular, com banheiros adaptados, salas de aula, Laboratório de Informática, Biblioteca, Sala dos Professores, Secretaria, Sala para Atendimento Educacional Especializado, refeitório, cozinha e um ginásio coberto.

A equipe da escola é composta por uma diretora, uma secretária, uma professora responsável pelo acompanhamento pedagógico e atendimento educacional especializado - AEE, 20 professores que atuam com alunos da pré-escola ao 9º Ano do Ensino Fundamental, uma cozinheira, duas serventes, uma dentista e uma monitora.

Atualmente estão matriculados 258 alunos. A maioria utiliza o transporte escolar oferecido pelo município. Residem na sede e em comunidades distantes, localizadas na Zona Rural.

O processo de eleição de diretores, conforme o Plano de Carreira do Magistério Municipal é por indicação da Secretaria de Educação.

4.2 Coleta de dados

A coleta dos dados, realizou-se através da organização de etapas foi para refletir, planejar e analisar ações necessárias, tendo como base, a gestão democrática no processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular visando o direito ao acesso à educação de qualidade, garantindo permanência na escola e construção de aprendizagens.

A primeira etapa contemplou análise do Projeto Político Pedagógico da escola juntamente com diretora. O mesmo é elaborado por ela (diretora) e encaminhado para a aprovação da Secretaria de Educação, sem a participação e conhecimento da comunidade escolar. Nesta atividade, percebemos que há necessidade de rever as concepções de currículo, planejamento, avaliação e ações a serem realizadas com a finalidade de favorecer melhorias aos alunos com deficiências incluídos na escola.

Na segunda etapa realizou-se uma conversa informal com os professores, pais, alunos e funcionários da escola para investigar a participação na elaboração e os conhecimentos dos mesmos no que diz respeito ao Projeto Político Pedagógico. Nos relatos evidenciaram-se situações em que os participantes demonstraram interesse em conhecer o Projeto Político Pedagógico e auxiliar nas alterações necessárias.

Na terceira etapa, realizou-se um momento de planejamento e elaboração de um folder com o objetivo de oportunizar conhecimentos sobre o projeto Político Pedagógico tendo como base a gestão democrática. Este foi elaborado com a participação da equipe diretiva, representante de professores, pais, alunos e funcionários. Foi distribuído para a comunidade escolar e posteriormente discutido nos encontros e reuniões realizadas nas turmas, nas reuniões pedagógicas, nos encontros com funcionários, entre outros.

Na quarta etapa, realizou-se uma pesquisa de campo com a comunidade escolar com a finalidade de conhecer as prioridades e necessidades da escola e a partir disso, planejar ações a serem desenvolvidas visando promover melhorias na qualidade das práticas realizadas com alunos com deficiência.

Na pesquisa surgiu a necessidade de reorganizar os espaços escolares, realizar melhorias e adaptações no pátio, aquisição de materiais diferenciados para estimular a construção de aprendizagens significativas para os alunos com deficiência, contratação de uma monitora para auxiliar os alunos com deficiência que tem dificuldades de locomoção, aquisição de recursos de informática (computadores, impressoras e link de internet).

Na quinta etapa foram apresentadas e discutidas as necessidades e prioridades da escola em reunião com direção, Secretaria de Educação, supervisora, professores, alunos, pais e funcionários. Nesta reunião, realizamos momentos de reflexão e discussão com base nas informações presentes no folder sobre o Projeto Político Pedagógico, enfatizando que escola que vivencia a gestão democrática, necessita mediar à convivência humana provocando rupturas positivas, procurando envolver todos os segmentos para avançar, alcançar o almejado, articular a relações entre escola e comunidade, construir parcerias para definir objetivos e princípios, propor ações, atitudes, regras e rotinas que proporcionam a descoberta.

Para auxiliar e dar suporte para os professores, a sexta etapa contemplou o desenvolvimento de oficina pedagógica com atividades práticas envolvendo as diferentes áreas do conhecimento. Nesta oficina, os professores foram desafiados a desenvolver atividades práticas que contemple os conteúdos mínimos de cada disciplina. Neste dia percebemos que há necessidade de organizar reuniões pedagógicas para discutir casos de alunos incluídos, planejarem atividades, discutir avaliações e elaborar planos de atendimento individualizado para alunos com deficiência.

Na sétima etapa, foram enviados questionários para os pais e/ou responsáveis responderem. As respostas foram anônimas e usadas somente com a finalidade complementar a análise das ações realizadas a seguir apresentadas.

5 ANÁLISE DOS DADOS

As atividades realizadas na coleta dos dados auxiliaram para compreender que a gestão democrática esta intimamente ligada com o direito à educação favorecendo acesso, permanência, sucesso e participação em espaços sociais construindo a cidadania. Para Cury (2007), o direito à educação possibilita a participação e transformação da sociedade. Para tanto, é fundamental pensar em práticas que favoreçam intervenções, proporcionam igualdades e condições de acesso ao conhecimento, reduzindo discriminações e compreendendo a democratização como um processo educacional e pedagógico.

5.1 Elaboração do Projeto Político Pedagógico na escola investigada

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico com base em Cury (2007), é importante considerar que a gestão democrática e o direito à educação exigem participação ativa nas discussões, acompanhamentos e avaliação com responsabilidade e compromisso coletivo. As ações desenvolvidas necessitam estimular a participação da comunidade escolar para que o Projeto político Pedagógico seja compreendido como referência de ensino/aprendizagem e a escola como um local de desenvolvimento de práticas que garantem padrões de qualidade.

O Projeto Político Pedagógico, conforme Vasconcellos (2012), precisa ser elaborado coletivamente considerando a opinião de todos os que fazem parte da escola bem como seu papel de transformar, criar alternativas, favorecer mudanças e acima de tudo expressar a concepção política da escola. O professor 1 entrevistado destaca que:

É o projeto da escola, ou seja, o documento principal da escola construindo democraticamente com a participação de todos que fazem parte da escola. Não tenho conhecimento da elaboração, mas tenho certeza que o mesmo necessita ser atualizado conforme a realidade de nossos alunos.

Na elaboração e/ou reformulação do Projeto Político Pedagógico, conforme Gadotti (1996), não basta somente expressar as metas, procedimentos e objetivos é fundamental que sejam consideradas as mudanças e atualizações conforme suas peculiaridades. Neste sentido, a participação e discussão dos interesses da

comunidade escolar na elaboração auxiliam no desenvolvimento da autonomia, na execução e avaliação. E isso pode ser analisado de conforme a professora entrevistada 2.

Pelo que estudei é um documento importante da escola. Ele deve ser construído com a participação de toda a comunidade. Não participei por que sou nova na escola. Acredito que nós professores precisamos construir o mesmo em conjunto e envolver todos os segmentos.

Ao contextualizar a elaboração do Projeto Político Pedagógico Veiga (2001), nos faz compreender que sua construção é necessária para que a escola assuma o papel de instituição formadora, que seja responsável pelo desenvolvimento do ser humano como cidadão com acesso ao direito à educação.

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. O projeto pedagógico da escola, é por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. (GADOTTI, 1996, p.34).

A elaboração do Projeto Político Pedagógico é um processo de construção coletiva e “não se pode planejar por outro; assim cada instituição deve ter seu projeto próprio e característico sempre com referência ao contexto em que a escola está inserida.” (MAIA, 2013, p. 18).

Logo, sua elaboração Veiga (2011), proporciona compreensões que no momento de elaboração, os projetos necessitam considerar o que temos intenção de transformar em prática, conforme a realidade de cada escola, recursos disponíveis e refletir que o “projeto busca um rumo uma direção. É uma ação intencional com um sentido explícito com um compromisso definido coletivamente” (VEIGA, 2011, p. 13).

Através do contato com professores, pais, alunos e funcionários da escola percebe-se a necessidade de organizar momentos de discussão e estudo para compreender o Projeto Político Pedagógico como prática social, constituída historicamente por todos os que fazem parte da escola, também como um meio que visa à organização do trabalho pedagógico, buscando superar conflitos e compartilhando tarefas, conforme relato do funcionário 1 entrevistado:

Na maioria das vezes não sabemos o que acontece na escola, nossa função se resume a cozinha, limpeza e cumprir ordens. Não participamos de reuniões para planejamento e tomada de decisões. Sabemos que temos alunos incluídos, mas não sabemos como agir diante dos mesmos. Para mim a gente deveria ter espaço de participação.

Em relação à análise da fala do funcionário é importante considerar que Vasconcelos (2004), chama atenção em relação a existência de projetos elaborados pela equipe diretiva por falta de adesão coletiva. Tais projetos cumprem exigências, porém não são contemplam a escola como um todo.

Sobre o Projeto Político Pedagógico Paro (2000), enfatiza a importância da gestão escolar estar ligada às transformações, fundamentadas nos interesses e necessidades. Sendo assim, ao gestor cabe o papel de liderar de maneira eficiente práticas que envolvam pais, alunos, funcionários e comunidade para que sejam protagonistas em mudanças e transformações para se ter uma educação de qualidade.

[...] se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/ impede a participação dos usuários. Para isso, é importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade quanto sua postura diante da própria participação popular. (PARO, 2000, p. 47)

5.2 A escola que queremos

A inclusão das pessoas com deficiência na escola regular passou por diversas transformações, exigindo adaptações para que o direito ao acesso à educação seja efetivado na prática considerando que as práticas desenvolvidas são fundamentais para a formação do sujeito. Freitas (2008), justifica que o ambiente da escola regular é primordial para a aprendizagem, pois nela o aluno com deficiência consegue apropriar-se de atitudes e conhecimentos diferenciados.

A inclusão desafia, pois, a mudanças, estimula a flexibilidade das relações, a redistribuição dos recursos para um mais correto aproveitamento, o trabalho em equipe, a colaboração e a cooperação, o envolvimento de toda a escola, dos pais, da comunidade, dos diferentes serviços e dos seus profissionais do sistema educativo. (FREITAS, 2006, p.38).

Para que a escola seja um local inclusivo onde o aprendizado possa ocorrer com qualidade é fundamental que haja envolvimento e trabalho coletivo e momentos de reflexão e discussão que a escola inclusiva “é a que não é indiferente a diferença” (FREITAS, p. 42, 2008).

É através do relato do aluno entrevistado que percebemos que a escola inclusiva é aquela considera a diversidade, aceita conviver com as diferenças, compartilha experiências que favoreçam o desenvolvimento integral.

Eles são gente como a gente. Aprendemos com eles, mas sabemos que não conseguem ir em todos os lugares como nós, pois alguns não conseguem jogar bola, ir até a biblioteca e no laboratório de informática. Na sala fazem algumas tarefas. Mesmo com problemas são felizes estão sempre sorrindo e nós muitas vezes reclamamos de tudo.

A finalidade do acesso a escola inclusiva, segundo Mantoan (2008), é acolher a todos independentemente se possui alguma deficiência ou não, evitando que ocorra situações de discriminação de convivência social. Para Meyrelles (2009), é necessário que ocorra mudanças na estrutura da escola, que favoreçam condições de acesso e permanência e que acima de tudo sejam trabalhadas e respeitadas às limitações de cada um. Isso é apresentado pelo relato do professor 3 entrevistado:

Ao incluir os alunos com deficiência na escola é preciso pensar nas mudanças necessárias a serem realizadas, na aquisição de materiais, reorganização dos espaços disponíveis no prédio.

Em análise ao relato do professor cabe considerar que o acesso dos alunos incluídos não está somente ligado a obrigatoriedade da matrícula, mas a um processo que necessita priorizar a construção de conhecimentos através da adequação das práticas pedagógicas, inclusão de recursos educacionais, eliminação de barreiras e realização de adaptações arquitetônicas que podem dificultar a apropriação do espaço.

5.3 A inclusão através das observações dos atores da escola XX

Na vida profissional, o professor passa por momentos de aprendizagens que provocam rupturas em conhecimentos considerados com únicos e verdadeiros. O acesso dos alunos incluídos na escola exige um novo pensar sobre a prática e conhecimentos das demandas mediante a aquisição de informações que possibilitem a troca, a análise e divulgação de experiências educacionais inclusivas. Essas práticas, conforme relato do professor 4 entrevistado, podem ocupar um lugar de destaque no desenvolvimento de competências e atitudes.

A inclusão foi um processo imposto através da legislação e nós professores fomos obrigados a nos adaptar a essa realidade conforme as concepções de cada um. A inclusão veio para desacomodar o professor que estava acostumado a organizar atividades e avaliações padronizadas. Ela nos exige um novo pensar sobre a prática.

As práticas inclusivas de sucesso dependem das atividades pedagógicas qualificadas que o professor desenvolve através de situações de aprendizagem que contemplam as necessidades de cada aluno favorecendo meios para que o mesmo possa avançar significativamente. Para tanto, a formação de professores pode ser considerada como alicerce para a construção de uma verdadeira inclusão escolar. “Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática.” (MENDES, 2004, p. 227).

Nós professores necessitamos de condições para trabalhar com alunos incluídos. É preciso momentos de formação continuada com prioridade a realização de atividades práticas que possam auxiliar na concretização de práticas com nossos alunos. Percebo que há necessidade de reorganizar e realizar reuniões pedagógicas constantemente. Elas auxiliarão nas nossas dificuldades.

É através do relato do professor acima apresentado que torna-se evidente a necessidade de organizar reuniões pedagógicas, momentos de formação continuada para que os professores, possam ter conhecimentos sobre as diferentes possibilidades de organizar situações de ensino-aprendizagem que possam atender as necessidades e individualidades do aluno incluído. Neste sentido, o trabalho interdisciplinar, multidisciplinar com as diversas áreas do conhecimento, o trabalho desenvolvido em parceria é ideal

... para garantir o êxito dos trabalhos na escola inclusiva, algumas considerações devem ser consideradas: apoio de especialistas, unificando os dois sistemas e adaptando-os às necessidades de todos os alunos; potencialização das formas de intervenção, isto é, aplicação dos sistemas consultivos e de intervenção direta em sala de aula comum por meio do ensino cooperativo; adoção de uma nova organização escolar, propondo a colaboração, o ajuste mútuo, as formas interdisciplinares e o profissionalismo docente. (DENARI, 2006, p.36)

Em relação ao processo de inclusão, percebe-se que em muitas escolas tal prática ocorre através da imposição constitucional apresentando-se teoria e prática como atos divergentes. Mittler (2003), destaca que existem raras oportunidades de capacitação. Elas são importantes não somente para influenciar os sentimentos dos professores em relação à educação inclusiva, mas para que possam modificar valores, crenças e transformações de práticas.

A necessidade de formação docente, conforme Siems (2010), é muito recente e necessita de uma maior atenção para que possamos reconstruir significativamente, as práticas a serem desenvolvidas visando a reinvenção da escola com o envolvimento, integração e comprometimento de toda comunidade escolar.

Neste sentido, ser professor atualmente é conviver com as transformações da sociedade que requerem mudanças, habilidades e necessidade de aprimoramento constante. A inclusão é uma realidade onde o professor não pode esperar unicamente preparos por parte de instituições de ensino. É preciso ir a busca de conhecimentos que possam auxiliar na busca de alternativas para as dificuldades que aparecem no cotidiano, de acordo com o relato do professor 5 entrevistado:

É importante, pois, aprendemos muito com esses alunos no momento em que passamos a compreender que é preciso considerar as diferenças existentes e que todos têm direito à educação qualidade. Hoje o professor precisa estar em constante formação para dar conta dos desafios que surgem no cotidiano.

Na análise, em relação à necessidade de formação para professores é fundamental, reconhecer que na educação as incertezas é que nos movem e fazem refletir sobre a necessidade de mudar nossas ações. Contemplando assim práticas que favoreçam a construção de conhecimentos através de uma prática baseada no diálogo, na participação coletiva e na inserção de tecnologias que podem auxiliar na construção de saberes.

5.4 O currículo e avaliação dos alunos incluídos

A organização do Projeto Político Pedagógico, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases necessita ser compreendida como uma tarefa coletiva. Tal organização deve implantar mudanças que possam atender os alunos incluídos auxiliando-os para os desafios da vida e pensar em alternativas de currículos e avaliações que consideram sua trajetória, não se limitando apenas a resultados finais.

5.4.1 Um currículo para os alunos incluídos

As concepções de currículo no Projeto Político Pedagógico da escola necessitam ter relação com a realidade dos alunos, contemplar a interdisciplinaridade. Kramer (2006), nos faz compreender o currículo como um caminho baseado em estudos contextualizados com a realidade, que possibilitam desenvolvimento de habilidades e avanços na aprendizagem, que possa refletir valores, que auxilia na busca de superação para as dificuldades apresentadas. Para o professor 6 entrevistado:

O currículo deve considerar o conhecimento do aluno como um todo, respeitar suas necessidades e favorecer o desenvolvimento de competências para a construção de aprendizagens. Ele deve considerar ações a serem realizadas no contexto escolar com adaptações para os que necessitam. É preciso que a organização do currículo esteja claramente expresso no Projeto Político Pedagógico.

Para Kramer (2006), através das práticas culturais e sociais o Projeto Político Pedagógico necessita contemplar uma visão de currículo, pois este, deve englobar todas as ações propostas para atender às peculiaridades dos alunos. Ele deve ser amplo e permitindo flexibilidade na definição dos objetivos e acima de tudo buscar a diversificação de procedimentos conforme o nível de aprendizagem.

No Projeto Político Pedagógico, as concepções de currículo podem servir como base para a busca de conhecimentos sobre as diretrizes que orientam o trabalho pedagógico inclusivo. O artigo 59, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) apresenta garantias de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para alunos com necessidades especiais. Logo, as adaptações curriculares implicam no planejamento de ações fundamentadas nas necessidades de cada aluno favorecendo condições para que a aprendizagem possa ser efetivada tendo base no que os alunos devem, como e quando devem aprender fazendo uso de recursos e apoios necessários.

O relato do professor entrevistado nos ajuda a compreender que para construir uma escola inclusiva exige comprometimento e responsabilidade de todos os envolvidos e considerar a história de vida, o conjunto de saberes que devem ser construídos e aprendidos, características do modo de aprender.

O currículo deve ser pensado e adaptado com a participação de todos os professores considerando a individualidade e particularidades. Ele deve contemplar atividades e práticas diferenciadas focada no aluno.

As adaptações curriculares podem ser entendidas como alternativas que favorecem a todos os alunos “o acesso ao Currículo; a participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; a consideração e o atendimento de suas peculiaridades e necessidades especiais.” (BRASIL, 2000, p. 7).

Neste sentido, Saviani (1994), nos fez compreender que organizar um currículo baseado na construção de conhecimentos, acesso e permanência na escola exige envolvimento e concepções por parte dos educadores da realização de um trabalho contextualizado.

Um currículo para alunos incluídos necessita apresentar competências para um planejamento que, de acordo com Gandim (1983), requer coordenação e liderança para articular interesses e favorecer a participação e responsabilidade de todos para alcançar os resultados almejados. Pensar em um planejamento transformador proporciona:

Um melhor entendimento da estrutura da organização e da relação do ambiente interno com o contexto social, econômico e político; A criação de novos instrumentos de análise e previsão; Estabelecimento de critérios para a definição de prioridades e alocação de recursos; Formas de aprendizado recíproco; Uma melhor compreensão das dificuldades enfrentadas nas diferentes instâncias da organização e maior cooperação entre elas; Uma maior cooperação entre as diferentes instâncias no sentido de obter maior diferencia e eficácia, abrindo caminhos para novas formas de gestão, aumentando a capacidade de resposta às demandas tanto internas como externas; Uma otimização de recursos disponíveis, possibilitando uma relação mais positiva entre custos e benefícios, diminuindo o peso dos gastos administrativos; A definição clara de funções e articulação funcional e operativa entre as diferentes instâncias; Uma consequência da globalidade e interdependência entre as diversas atividades; Uma consciência da responsabilidade de cada um na obtenção de resultados. (GANDIN, 1983, p. 18).

Em relação ao planejamento Lopes (1992), possibilitou compreensões que ao planejar devemos integrar a escola e o contexto social, definindo objetivos, prevendo conteúdos, selecionando procedimentos metodológicos, estabelecendo critérios e procedimentos de avaliação ao planejamento global da escola. Ambos devem estar explicitamente no Projeto Político Pedagógico da escola considerando que planejar é:

Elaborar - decidir que tipo de sociedade e homem se quer e que tipo de ação educacional é necessária para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir esta distância e para contribuir mais para o resultado final estabelecido; Executar -agir em conformidade com o que foi proposto e; Avaliar - revisar sempre cada um desses momentos e cada uma dessas ações, bem como cada um dos documentos deles derivados (GANDIM, 1995, p. 22).

Através do que foi apresentado, considera-se fundamental que o currículo seja apresentado claramente no Projeto Político Pedagógico e que o mesmo possa desenvolver competências para que o aluno possa aprender a aprender de acordo com suas necessidades e limitações.

A participação da comunidade é fundamental na tomada de decisões, planejamento, construção coletiva e superação das dificuldades que surgem no dia a dia. Através desta ação conhecem a organização curricular e contribuem para a construção de uma escola democrática. Vejam o relato de pai entrevistado:

É importante a participação da comunidade escolar no planejamento, tomada de decisões, organização de programações e outras atividades a serem desenvolvidas. Os pais precisam conhecer o que é realizado com os filhos na escola.

O relato do pai apresentado acima auxilia na compreensão que os momentos de discussão são fundamentais para conhecer a visão que os participantes possuem em relação à inclusão de alunos com deficiência na escola, suas preocupações para garantir acesso e permanência dos mesmos no ambiente escolar.

A inclusão social, portanto é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físico (espaços internos e externos. Equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 2002, pag. 42).

5.4.2 A avaliação dos alunos incluídos

Contemplar práticas inclusivas no Projeto Político Pedagógico nos faz repensar a avaliação pedagógica, como um processo que analisa o progresso individual do aluno possibilitando a construção de aprendizagens futuras. Nesta prática é fundamental considerar as intervenções realizadas pelo professor. “No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos” (BRASIL, 2008, p. 11).

Para auxiliar na análise da avaliação do aluno incluído o professor entrevistado destaca que a avaliação:

É um processo complexo que gera inquietações para o professor. Deve considerar as potencialidades e os conhecimentos adquiridos. O professor deve ter conhecimento da evolução do aluno em todas as áreas.

Por isso, a escola além de transmitir conhecimentos precisa constituir-se como formadora de caráter de pessoas e por esse motivo o que se ensina e o que se aprende tornaram-se motivos para vários questionamentos. Conforme Hoffmann (1998), não é tão fácil mudar a imagem da avaliação porque o sucesso ou o fracasso na aprendizagem é considerado como invenção da escola quando esta nega a individualidade de cada educando. É importante que os profissionais da educação estejam seriamente comprometidos com o juízo de valor que emite sobre o educando que está avaliando.

Seu olhar estreita-se perigosamente ao considerar o processo avaliativo como uma ação objetiva e imparcial, puramente constatativa sobre o fazer do aluno, como uma coleta de dados observáveis. Ao estabelecer um juízo de valor sobre o que se observa, o professor interpreta o que vê a partir de suas experiências de vida, sentimentos e teorias. (Hoffmann, 1998 p.13)

Para Hoffmann (1998) é importante lembrar que a avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passa a passo, do educando na sua trajetória de construção de conhecimento. Um processo interativo, onde alunos e professores aprendem sobre si mesmo e sobre a realidade escolar no próprio ato da avaliação.

Acreditamos que a avaliação necessita estar bem definida no Projeto Político Pedagógico e compreendida como um processo com diferentes etapas e com uso de diferentes instrumentos e registros constantes. Em algumas situações “o portfólio, instrumento que organiza os registros das atividades realizadas pelos alunos por um período determinado” (GLAT & PLETSCHE, 2013, p. 24).

A realização de uma avaliação adequada favorece meios para descobrir habilidades, dificuldades bem com a definição de instrumentos que consideram que a escola tem um papel insubstituível na aprendizagem onde o educador é constantemente desafiado para desenvolver processos que envolvam relações interpessoais estabelecidas entre aluno e professor.

Para Hoffmann (1998) é importante lembrar que a avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passa a passo, do educando na sua trajetória de construção de conhecimento. Um processo interativo, onde alunos e professores aprendem sobre si mesmo e sobre a realidade escolar no próprio ato da avaliação.

É sobre tal reflexão que o professor 8 entrevistado destaca que:

Ela deve considerar os avanços do aluno em relação aos objetivos trabalhados. Ela deveria ser realizada em forma de portfólio com registro das atividades realizadas diariamente e não considerar apenas o resultado das avaliações finais.

É analisando as palavras do professor entrevistado, que logo surge a importância de acreditarmos e materializarmos, que a avaliação necessita estar bem definida no Projeto Político Pedagógico e compreendida como um processo com diferentes etapas e com uso de diferentes instrumentos e registros constantes. Em algumas situações “o portfólio, instrumento que organiza os registros das atividades realizadas pelos alunos por um período determinado” (GLAT; PLETSCHE, 2013, p. 24).

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa foi realizada com o propósito de construir conhecimentos e materializar os mesmos, diante das dificuldades e dos avanços dos alunos incluídos no ensino fundamental no Projeto Político Pedagógico de uma escola municipal do Rio Grande do Sul. Tendo como base a Gestão Democrática da Educação e a participação da comunidade nesse processo.

A participação da comunidade escolar é fundamental e auxilia para ao estabelecer no Projeto Político Pedagógico possibilidades de conhecimento que venham a se concretizar diante das dificuldades e dos avanços dos alunos incluídos no ensino fundamental foi possível dialogar com a comunidade escolar sobre os conhecimentos, pesquisar conteúdos com conceitos, fundamentos e experiências inclusivas. Tais ações são construídas no momento em que contemplamos compreensão, acolhimento, valorização e a convivência com o outro considerando suas individualidades.

Para mudar a prática é importante conhecer os que fazem parte dela e a partir desses conhecimentos organizar situações que buscam a superação das desigualdades dos sujeitos envolvidos. Isso com certeza enriquecerão a práticas a serem desenvolvidas, as formas de participação, organização e gestão eficaz.

A metodologia utilizada com base na pesquisa qualitativa de pesquisa-ação proporcionou momentos de reflexão e discussão sobre como a escola pesquisada vem elaborando o seu Projeto Político Pedagógico, destacando a importância da participação e envolvimento de todos os segmentos para a construção do principal documento da escola.

O Projeto Político Pedagógico deve apresentar claramente as concepções de currículo como algo que contempla todas as atividades planejadas e desenvolvidas na escola. Este necessita contemplar o princípio de flexibilização para garantir a permanência na escola e sucesso na aprendizagem. Além da matrícula é necessário pensar em uma pedagogia centrada no aluno considerando suas capacidades e possibilidade de avanços.

Para construir uma escola inclusiva que possa promover mudanças nas práticas cotidianas, onde o acesso dos alunos incluídos passa a ser compreendido como participação em um local de liberdade de expressão, de respeito às

diferenças, tolerância e solidariedade deve-se dar destaque para as reuniões de estudos, planejamento democrático e transparência nas informações.

A formação docente é um aspecto importante a ser destacado, pois através dela é que podemos refletir sobre as divergências entre a teoria com a prática. Ao realizar a pesquisa percebeu-se a necessidade de propor momentos de formação sobre a inclusão, planejamento e adaptação de atividades para alunos incluídos na escola.

A inclusão como imposição constitucional têm gerado angústias e inquietações para os professores. Os alunos são incluídos e infelizmente há carência de recursos humanos e materiais dificultando, assim, o desenvolvimento das práticas conforme prevê a legislação.

No decorrer desta pesquisa vivenciamos situações onde foi possível refletir com toda a comunidade a importância de reorganizar os espaços e materiais da escola tornando-os acessível para que os alunos com deficiências e proporcionando aos demais a convivência com a diversidade.

Em relação ao currículo e avaliação, é preciso ter conhecimento sobre a trajetória do aluno, considerando sua individualidade, capacidades, potencialidades e avanços na aprendizagem. A avaliação do aluno incluído é um trabalho inquietante para o professor, pois exige novo planejamento, repensar constantemente da prática pedagógica buscando aperfeiçoá-la a partir dos resultados obtidos.

Os resultados obtidos na realização desta pesquisa são fundamentais, pois favoreceram momentos de aprendizado e reflexão sobre a necessidade de reorganizar o Projeto Político Pedagógico tendo como base a Gestão Democrática para melhorar a qualidade educacional oferecida aos alunos incluídos e despertando a tenção da necessidade da participação e envolvimento da comunidade a partir da organização da ações desenvolvidas.

São muitas as contribuições desta pesquisa para a minha atuação professora e como responsável pelas políticas de inclusão das pessoas com deficiência no município onde trabalho. Pretendo dar continuidade com o desenvolvimento das ações a partir das aprendizagens construídas no decorrer do Curso, orientando, auxiliando na elaboração e desenvolvimento de práticas pedagógicas que visam melhorias na qualidade de educação.

Na perspectiva da gestão democrática da educação é fundamental compreender o planejamento participativo como concepção e modelo de

planejamento. Este deve ser referência para metodologia de trabalho, constituir a base para a construção e para a realização do Projeto Político-Pedagógico da escola determinando valores, missão, objetivos, estratégias, metas e ações, analisando os pontos fortes e fracos da organização, descrição das condições do ambiente. Ele considera como indispensável o trabalho coletivo e o compromisso com a transformação social.

Para concluir, o papel da escola é formar cidadãos sem dispensar o contexto em que os mesmos estão inseridos. Neste sentido, é a atuação do gestor escolar e sua equipe que faz a diferença. Em algumas situações há necessidade alterar metodologias, práticas desenvolvidas e construir estratégias que alunos incluídos possam desenvolver competências e habilidades para acompanhar as transformações sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de: **Introdução à Metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

AMARO, Deiges Giacomelli. **Educação inclusiva, aprendizagem e cotidiano escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

APPLE, Michael, BEANE, James (org.). **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação: **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/ Secretaria da Educação Especial - MEC; SEESP, 2001.

____ **Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

____ **Experiências Educacionais inclusivas: direito à diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

____ **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2010

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

____ **A Educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da Educação Especial**. in. Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1 (out. 2005). - Brasília : Secretaria de Educação Especial, 2005.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Didática crítica intercultural: aproximações**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2012.

CARBELLO, Sandra Regina Cassol. GALINA, Irene de Fátima: **Instâncias colegiadas: Espaços de participação na gestão democrática da escola pública**, 2007.

CARNEIRO, M. A. **LDB: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CARIA, Alcir de Souza. **Projeto político-pedagógico em busca de novos sentidos**. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

CURY, Carlos R. Jamil. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/>.

DENARI, F. **Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão.** In: RODRIGUES, D (org.). *Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva.* São Paulo: Summus, pp.35-36, 2006.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da Pesquisa-Ação.** Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, 2005.

FREITAS, S; RODRIGUES, D; KREBS, R. **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais.** UFSM, 2005.

FREITAS, S. N. **Tendências Contemporâneas de Inclusão.** 2008: UFSM. p. 42.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliografia.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

GLAT FERREIRA, J. R., OLIVEIRA, E. S. G. & SENNA, L. A. **Panorama nacional da educação inclusiva no Brasil. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil.** Banco Mundial, 2003.

GLAT, R. & PLETSCHE, M. D. (orgs.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais** . Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa.** São Paulo: Loyola, 1983.

____ **A prática do planejamento participativo.** Petrópolis: Vozes, 1994.

____ **Escola e transformação social.** Rio de Janeiro : Vozes, 1995.

GÓES, M.C. R; LAPLANE, A. L. F, (orgs). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** São Paulo: Autores Associados, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de Pesquisar:** como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GODOY, A . S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

HOFFMANN, Jussara N.L. **Contos e contrapontos:** do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre, RS, Mediação,1998.

KAUARK, Fabiana. **Metodologia da Pesquisa:** guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KRAMER, Sônia. **Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica.** In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas e práticas. 9. ed. São Paulo: Papyrus, 2006.

LOPES, A. O. **Planejamento de ensino numa perspectiva crítica de educação.** In: CANDAU, V. Repensando a didática. São Paulo: Cortez, 1992.

MAIA, B. P. **Os desafios e superações na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

MANTOAN M. T. E., **Ser ou estar: eis a questão.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.
_____. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer.** São Paulo: Scipione. 2008.

MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar.** In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MITTLER P. **Educação Inclusiva: Contextos sociais.** 1ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade de ensino: a contribuição dos pais.** São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

_____. Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública.** São Paulo: Ática, 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri e BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de (orgs.). **Educação Especial: Do Querer ao Fazer.** Editora: Avercamp, São Paulo, 2003.

RUTKOSKI, Joslai Silva. **A pedagogia de Paulo Freire: Uma proposta da educação para os Direitos Humanos.** In: PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos. Curitiba: Juruá, 2006. v.1.

SANTOS, Helio. **A busca de um caminho para o Brasil – a trilha do círculo vicioso.** São Paulo: Senac, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.** In: **Novas tecnologias, trabalho e educação.** Petrópolis /RJ : Vozes, 1994

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Revista Nacional de Reabilitação, ano 5, nº 24, jan./fev. 2002

SIEMS MER. **Educação especial em tempos de educação inclusiva: identidade docente em questão.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 194p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, I. **A dialética da mudança: análise crítica do conceito de paradoxos organizacionais**. Relatório do GVpesquisa. Disponível em , 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento projeto e ensino e aprendizagem e projeto político pedagógico**. Cadernos Pedagógicos do Libertad. 22 ed. São Paulo: Libertad, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político Pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas SP: Papyrus, 1995.

_____. **Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Ed. Papyrus, 1998.

_____. **Temas e Textos em Metodologia do Ensino Superior**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

APÊNDICES

Apêndice 01 - Questionário

QUESTIONÁRIO

Marli Zanatta, professora de uma escola municipal do Rio Grande do Sul, solicita sua participação para desenvolvimento do trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar. As respostas serão anônimas e usadas somente para finalidade de estudos. A sua opinião é importante para mim.

2. Coloque X na sua resposta

Sexo: () masculino () feminino

Idade:

() menos de 30 () de 30 a 40 () de 41 a 50 () mais de 51

Você participa da vida escolar?

() sim () não

3. Responda

1. Cite 3 aspectos positivos da escola de seu filho. E 3 aspectos negativos dessa mesma escola.

2. Poderias relatar 2 idas sua na escola? Não esqueça de informar quando deu-se sua ida, como fora esse momento, etc.

3. Na sua ida a escola como foi o momento de participação na tomada de decisão? E como você auxiliou no planejamento das ações da escola? Quem foi a pessoa da escola que lhe auxiliou nesse momento? E como você percebeu a reação dos demais com sua presença nessa reunião?

4. Vamos supor que você nesse momento seja a diretora da escola, que aspectos você começaria por melhorar na escola? E sobre a inclusão de alunos com deficiência o que você faria? E o que não faria quanto a tais alunos?

5. Você poderia definir o que é o Projeto Político Pedagógico da escola? Como você sabe sobre a existência do mesmo? Em alguma reunião quem comentou sobre o PPP e explicou sobre o mesmo para os presentes?

Apêndice 02 – Questionamentos com professores

QUESTIONAMENTOS COM OS PROFESSORES

Você poderia definir o Projeto político Pedagógico da Escola? Você participou da elaboração do mesmo?

O que precisa ser melhorado na escola?

Qual a sua opinião sobre a inclusão?

Como deve ser o currículo para os alunos com deficiência?

E sobre a avaliação dos alunos incluídos, qual sua opinião?